

A CIÊNCIA NAS TRINCHEIRAS DO DESENVOLVIMENTO: RECUPERAR O TRABALHO HUMANO POR UM DESENVOLVIMENTO AUTENTICAMENTE NACIONAL

Tuany Baron*
Paulo Ricardo Opuszka**

RESUMO

O conhecimento é uma nova medida de valor de um novo capitalismo, que reconfigura os modelos de exploração do trabalho. É, também, o alvo principal nas novas estratégias de desenvolvimento, através da consideração do trabalho cognitivo ou imaterial. Nesse contexto, identifica-se o ambiente universitário como protagonista no empenho desenvolvimentista brasileiro, uma vez que é um ambiente de produção tecnológica e humana, de subjetividades que se entrecruzam, com potencial para fonte de emancipação humana pelo exercício do trabalho. Sendo assim, o presente trabalho pretende avaliar as estratégias de desenvolvimento nacional a partir da prática da pesquisa científica na Universidade Pública. Para tanto, busca-se no trabalho humano uma categoria explicativa e propositiva para debater uma nova política de desenvolvimento. O trabalho humano é apresentado, então, como uma forma de manutenção de uma inovação contínua e não episódica, em arranjos institucionais e em uma política que seja capaz de controlar a estrutura da sociedade e produzir mudanças estruturais sem que sejam necessárias crises, como condição de possibilidade de transformação. As conclusões reforçam a hipótese de que a Universidade Pública brasileira é o local para um experimentalismo factível dessa nova leitura do desenvolvimento numa economia do conhecimento. Os resultados da pesquisa evidenciam na Universidade Pública um perspicuo ambiente para a transformação social levado à cabo através de um projeto de desenvolvimento soberano e nacional e construído sobre os pilares do trabalho.

* Mestre em Direitos Humanos e Democracia pela UFPR. Especialista em Políticas Públicas para Igualdade na América Latina pelo CLASCO. Especialista em Direito do Trabalho pela Escola da Magistratura do Paraná. Bacharel em Direito pela UFPR. Advogada em Curitiba.

** Professor de Direito do Trabalho da UFPR – graduação, mestrado e doutorado. Doutor e Mestre em Direito pela UFPR. Bacheler em Direito pela Unicuritiba.

PALAVRAS-CHAVE: Economia do Conhecimento. Desenvolvimento. Trabalho Imaterial. Universidade Pública. Pesquisa Científica.

SCIENCE IN THE TRENCHES OF DEVELOPMENT:
RECOVER HUMAN WORK
FOR AN AUTHENTICALLY NATIONAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

Knowledge is a new currency of value of a new capitalism that reconfigures the models of exploitation of labor. It is also the main target in new development strategies through consideration of cognitive or immaterial labor. In this context, the university environment is identified as a protagonist in the Brazilian developmental effort, since it is an environment of technological and human production, of intersecting subjectivities, with potential for the source of human emancipation through the exercise of labor. Thus, the present work in tends to evaluate the national development strategies based on the practice of scientific research at the Public University. To this end, human labor seeks an explanatory and propositional category to debate a new development policy. Thus, human work is presented as a way of maintaining continuous and non-episodic innovation, in institutional arrangements and in a policy that is capable of controlling the structure of society and producing structural changes without the need for crises, as a condition of possibility of transformation. The conclusions reinforce the hypothesis that the Brazilian Public University is the place for a feasible experimentalism of this new reading of development in a knowledge economy. The research results show at the Public University a keen environment for social transformation carried out through a sovereign and national development Project built on the pillars of work.

KEYWORDS: Knowledge Economy. Development. Immaterial Labor. Public University. Scientific Research.

1. INTRODUÇÃO

A política econômica seguida tradicionalmente no Brasil engendrou uma sociedade com chocantes desigualdades, e a questão do (sub)desenvolvimento – seja ele social, econômico, ou manifestado em suas multifacetadas – é sempre colocado como algo a se superar ou alcançar. Um horizonte distante, forjado por modelismos importados e com ferramentas inadequadas aos problemas que pretende solucionar.

Para aqueles que enxergam a História como uma contenda, atraso, miséria e subdesenvolvimento não são outra coisa do que resultado

do fracasso dos países que a suportam. Mas a resignação não parece ser o melhor caminho. Ou, sequer, uma opção. Afinal, “a pobreza não está escrita nas estrelas, o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus” (GALEANO, 1971).

“A economia mundial é um sistema de poder engendrado historicamente, portanto, em transformação. Esse poder pode ser virtual: o caso do Brasil é típico pela diferença que existe entre o poder que permanece virtual e aquele que se realiza plenamente” (FURTADO, 1999, p. 26). Por isso, em primeiro lugar é necessário esclarecer quais são as condições estruturais da mudança. É necessário repetir, quantas vezes forem necessárias, quais são as condições estruturais de mudança. Mesmo que os tempos se mostrem difíceis e que os contextos sejam igualmente desfavoráveis. “A visão do processo econômico somente deixa de ser simplesmente virtual quando adquire consistência política, capta os sistemas de dominação social que prevalecem” (FURTADO, 1999, p. 13).

Assim, há a necessidade de ação em três frentes. A primeira repousa em (re)conhecer o processo de estrutural do desenvolvimento inserido na especificidade brasileira, bem como as soluções políticas adotadas – antes de meramente econômicas. A segunda ordem é identificar o atraso estrutural que impede o desenvolvimento, e as potencialidades para sua reforma e superação. Por fim, como uma terceira frente, situar a ação de desenvolvimento e sua forma de inserção no processo de globalização. Não é acidental, pois, que essas três ordens estruturem os três capítulos deste estudo.

É preciso destacar, entretanto, antes de situar as especificidades de cada temática que será abordada, a categoria central que permeia as ações referidas: a consideração da atividade humana primeira, o trabalho. É dizer, a identificação do atraso do desenvolvimento em seu ponto central: o fator humano, o ser social.

O trabalho é uma categoria central do desenvolvimento, é necessário repetir tal pressuposto indispensável. Sem trabalho não há desenvolvimento. O trabalho configura-se como protoforma da práxis social, como momento fundante de algo substancialmente novo no encontro entre teleologia e causalidade. “Ao mesmo tempo em que transforma a relação metabólica entre homem e natureza e, num patamar superior, entre os próprios seres sociais, autotransforma o próprio homem e a sua natureza humana” (ANTUNES, 2009, p. 45). E é por isso que

nessa transformação, se o desenvolvimento que se busca é, em última análise, o desenvolvimento-liberdade – “liberdade-autonomia do homem perante os outros homens e perante o Estado, é a liberdade-participação no Governo e na Administração, mas é também a liberdade-libertação da miséria, da insegurança, e da necessidade” (MIRANDA, 1976) –, sua gênese ontológica também se origina a partir da esfera do trabalho.

Bem por isso, ao ter o trabalho como categoria do desenvolvimento, este mostra-se como transversal em todos os momentos de análise aqui proposta. Retomar o trabalho em sua noção mais ampliada, como categoria simples, que não se confunde e tampouco identifica-se com o trabalhador individual ou a quimera de uma “classe-sujeito”, buscar sua forma de manejo nas políticas desenvolvimentistas (e em seus discursos legitimadores), situa-lo no atual contexto capitalista possibilita tomar a “questão” do desenvolvimento nacional em suas raízes mais profundas.

Com isso, o trabalho como categoria permite uma revisão das condições estruturais do desenvolvimento. Assim, ao adotar o pensamento de Celso Furtado teórico central à delimitação estrutural proposta por este estudo, recorre-se àquilo que respaldou sua construção teórica. Embora em sua obra não haja referência explícita ao marxismo, pela sua produção é possível extrair duas importantes formulações daquele pensamento: “numa delas aparece a teoria do valor-trabalho e do colapso do capitalismo; na outra aparece o Marx das classes e forças político-sociais, do Estado e da luta política” (MALLORQUIN, 1998). A estrutura no pensamento furtadiano (ademais do que a mera genealogia do conceito de estrutura também ter paternidade marxista) repousa na consideração do trabalho.

Marx, em sua investigação do ser social, tem na totalidade seu percurso metodológico: “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida” (MARX, 2008). O caminho teórico-metodológico de seu legado pressupõe a compreensão de que o método consiste em elevar-se do abstrato com categorias simples ao concreto como maneira de se proceder no pensamento para se apropriar do concreto. O pensamento, portanto, como representação ideal do movimento real: o ser determinando a consciência. A categoria teórica

do trabalho constitui, portanto, uma categoria abstrata simples que possibilita reproduzir o concreto como síntese de múltiplas determinações e unidade do diverso a partir da realidade sócio-histórica.

Assim, conforme será debatido nos capítulos subsequentes, o trabalho será condição *sinequa non* para o desenvolvimento – em sua dimensão estrutural –, seja nas considerações do conjunto de fatores de produção (numa análise marginalista) ou na própria escolha de prioridades públicas pelo Estado. E a superação da condição de subdesenvolvimento envolve o aprimoramento do trabalho, sua desalienação e até mesmo a reificação. O trabalho, pois, será tratado como categoria «em» desenvolvimento, como categoria «no» desenvolvimento, e como categoria «de» desenvolvimento, que possibilita a superação da condição de subdesenvolvimento, pois genealogicamente é transformador.

A diferenciação estrutural não se dá de maneira automática e funcional, ao contrário, a “mudança estrutural é um problema a ser enfrentado com as políticas de desenvolvimento. Daí a importância de se conceber estratégias adequadas para levar a cabo as referidas “transformações estruturais” (MALLORQUIN, 1998).

Tal mudança repousa, então, na defesa de um Estado forte, capaz de formular e implementar políticas públicas de desenvolvimento com certa distância dos interesses do capital e a partir das inspirações vindas dos trabalhadores. “Embora o marxismo tenha nos acostumado a pensar no aparato do Estado como a extensão desses interesses, ele é também a grande alavanca de sua transformação” (UNGER, 2004, p. 189). É por perder tal aspecto de vista que as respostas políticas e jurídicas que usualmente têm sido atribuídas ao problema social – não somente pelos neoliberais, frise-se – têm sido, “a um só tempo, real e superficial, ativa e maldirecionada”, sendo a forma prática mais banal é a ênfase conferida ao princípio da subsidiaridade estatal (UNGER, 2004, p. 157).

É na conjugação da categoria trabalho como transformadora estrutural e o Estado indutor da política econômica a partir das políticas públicas, que o desenvolvimento se constrói por trabalhadores que atendem aos cidadãos com a vida do desenvolvimento social. Trabalhadores esses indetificados como os burocratas do Estado. Trabalhadores que formam e conduzem o Estado para o atendimento ao cidadão. Trata-se, em última instância, de conciliar o legado marxista acerca do trabalho, com a racionalização webeiana pela burocracia.

Mas para isso, a reflexão acerca da centralidade do trabalho no processo de desenvolvimento deve recuperar, ainda, a discussão acerca do trabalho imaterial e sua aticulação com as formas de trabalho material. Tal compreensão é decisiva para uma escolha pública adequada ao desenvolvimento. Sobretudo porque o trabalho imaterial, na atual configuração capitalista vai além da questão da simples produção de mercadorias. O trabalho imaterial ao produzir ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico, “demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida, rompendo todas as oposições entre economia, poder e conhecimento” (ANTUNES, 2009, p. 171). O trabalho imaterial rompendo tais oposições manifesta-se especialmente através da produção de ciência e tecnologia.

A ciência é colocada no centro de um projeto próprio, autêntico, e nacional de desenvolvimento. Os países que já avançaram no processo de industrialização voltado para o mercado interno – o Brasil é o exemplo conspícuo – são confrontados com o dilema de renunciar a um desenvolvimento autônomo, ou então lutar para o fortalecimento deste mesmo mercado. E “nesta segunda hipótese, o acesso à vanguarda tecnológica será mais custoso, mas o desenvolvimento será mais autodirigido e as forças que apoiam as mudanças sociais, mais participativas” (FURTADO, 1999, p. 25).

Encontrou-se a possibilidade de uma proposta de retomada do processo desenvolvimentista autenticamente nacional e autônoma a partir da recuperação da literatura econômica de Furtado – pré e pós ditadura – como um possível substrato à contemporânea institucionalidade experimental ungeriana como sua ferramenta de ação, onde ambos operacionalizam-se pela consideração do trabalho enquanto categoria central, e encontram na produção da ciência o seu meio.

2. O TRABALHO COMO CATEGORIA «EM» DESENVOLVIMENTO

A melhor maneira de descobrir as verdades mais profundas da economia é através do estudo das práticas mais avançadas de produção. Em um primeiro momento, esta prática foi identificada na manufatura mecanizada, como surgira nos primeiros anos da Revolução Industrial, a ser seguida pela produção industrial em massa do final do século XIX. Smith e Marx estavam certos ao considerar o estudo das práticas mais avançadas como a porta de entrada para o *insight* econômico.

É através desse estudo que se encontra a fonte mais gratificante de *insights* sobre o funcionamento da economia e seus possíveis futuros, porque a prática mais avançada é a variante da atividade econômica que revela plenamente os poderes humanos. (UNGER, 2019)

Dessa forma, a economia e a produção não prescindem do trabalho humano. A Economia Política liga a análise do trabalho à produção, o movimento dialético das relações de produção – forças produtivas e forças de produção – com a superestrutura onde Estado e Direito se encontram.

Bem por isso que a preocupação com o trabalho, no século XX, vai tomar uma outra roupagem no pensamento nacional. Com a manufatura tendo sido apreendida apenas a partir da terceira década do século XX no capitalismo tardio brasileiro, dentro de uma dinâmica capitalista periférica muito peculiar. Era o encontro do trabalho com o debate desenvolvimentista, em que pese a resolução do problema do atraso industrial num capitalismo tardio não equivalesse, necessariamente, a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza (TAVARES, 1998).

A economia e a produção não prescindem do trabalho humano. A Economia Política liga a análise do trabalho à produção, o movimento dialético das relações de produção – forças produtivas e forças de produção – com a superestrutura onde Estado e Direito se encontram.

Bem por isso que a preocupação com o trabalho, no século XX, vai tomar uma outra roupagem no pensamento nacional. Com a manufatura tendo sido apreendida apenas a partir da terceira década do século XX no capitalismo tardio brasileiro, dentro de uma dinâmica capitalista periférica muito peculiar. Era o encontro do trabalho com o debate desenvolvimentista, em que pese a resolução do problema do atraso industrial num capitalismo tardio não equivalesse, necessariamente, a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza (TAVARES, 1998).

A análise econômica de Furtado buscava na história a possibilidade de descrever as estruturas em movimento, “visando a uma interpretação globalizante de processos sociais historicamente determinados, que por isso mesmo tanto poderiam revelar o acúmulo do atraso das estruturas quanto à possibilidade de sua mutação, passíveis, portanto, de ganhar maior racionalidade no curso da história” (BRANDÃO, 2013).

Foi daí que, a partir de um método histórico-estrutural, Celso Furtado consegue compreender integralmente o processo – específico e complexo – da condição do subdesenvolvimento. Condição decorrente de estruturas malformadas, mas dotadas de enorme capacidade de persistência e reprodução na realidade. É com essa metodologia que apresenta cientificamente a dupla desenvolvimento-subdesenvolvimento efetivamente como um par, dialético (embora distinto), sendo o subdesenvolvimento a outra face do próprio processo de desenvolvimento – e não uma fase prévia, ou um dos pontos num *continuum* evolutivo para o alcance do desenvolvimento.

Esse método está longe de ser uma teorização vulgar, tendo sua força, sobretudo, em apontar a emergência de processos que não eram perceptíveis nem importantes para outras vertentes teóricas. Desenvolvido-subdesenvolvido, moderno-atrasado escapa tanto da a-historicidade neoclássica “quanto ao mecanicismo das “etapas” e dos modos de produção sequencias próprios do stalinismo convertido em oráculo do marxismo” (OLIVEIRA, 2003). Também inova ao teorizar contemporaneamente os processos que mascaram os interesses de classe e são postos como interesses da nação.

É por isso que Furtado utilizará a industrialização combinada com aquele consenso entre capital e trabalho para que se alcance o desenvolvimento. Por outro lado, Francisco de Oliveira aponta que uma inconsistência teórica da construção furtadiana se encontra em esperar igual agregação de valor entre a produção de bens primários e a produção de bens manufaturados. Isso porque, do ponto de vista de sua formalização, uma análise mais cuidadosa levaria a “não postular essa aparência, pois a base da teoria da contabilidade social repousa justamente sobre a noção de valor agregado, e não seria de esperar que economias com divisões sociais de trabalho tão desiguais produzissem o mesmo valor agregado” (OLIVEIRA, 2003), já que tanto os preços internacionais quanto as relações de troca daí decorrentes são diretamente derivadas dessa divisão social do trabalho e da agregação de valor por ele produzida.

Mas a versão marxista – que não é a de Furtado ou a da Cepal – sobre a temática também não soluciona esse impasse. Desconsideram que Marx foi explícito em sua afirmação de que a estruturação do capitalismo industrial de uma divisão internacional do trabalho não se dá mediante troca desigual de valores. “A famosa comparação entre

o valor produzido por um artesão chinês e o que resulta do emprego da força de trabalho de um operário inglês é suficientemente clara a respeito” (OLIVEIRA, 2003).

Foi somente após escrever *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (FURTADO, 1966) irá perceber que a industrialização, por si só, no contexto latino-americana é um mecanismo de concentração de renda e não de maior e melhor distribuição. E “não porque não crie emprego, mas porque a suposição de uma relação unívoca no modelo keynesiano entre multiplicadores de renda e emprego eram falsas” (FURTADO, 1966).

De todo modo, a despeito de tamanhas contribuições, o desenvolvimentismo entrou em crise, ou melhor, foi colocado em crise. Lutas dentro da própria esquerda e o advento do Golpe Militar acarretaram, em certa medida, a recuada desses pensamentos. A crise política e econômica resultou em um vácuo político do poder entre 1960 e 1964, culminando com o Golpe de Estado de 1964, viabilizou um pacto autoritário capitalista, próprio de um novo sistema de dominação.

O Golpe rompeu definitivamente com qualquer aliança ou tentativa de unificação da burguesia nacional. Aliás, “falar ainda de revolução burguesa, burguesia nacional, aliança da esquerda com a burguesia depois da violenta repressão burguesa contra a esquerda e os trabalhadores era impossível” (BRESSER-PEREIRA, 1997).

E nesse sentido, é sintomático que o ISEB, o Partido Comunista e a CEPAL, tenham perdido seu significado político e ideológico a partir do momento em que deixaram de representar interpretações vivas do Brasil ou da América Latina.

As reflexões mais nacionalistas foram substituídas por uma política que embora tenha sido identificada pela esquerda democrática como uma submissão aos interesses de empresas multinacionais, que continuavam os investimentos na industrialização do país no período, refletia, ao contrário, “apenas o medo do comunismo, então avassalador, e levando a burguesia local e o governo americano a apoiarem o regime autoritário” (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Mas é evidente, também, que as multinacionais tinham papel forte no estabelecimento desses novos caminhos. Roberto Campos, o intelectual que pode aqui ser destacado como o grande responsável por essa proposta autoritária de desenvolvimento, embora comumente definido como um economista neoclássico, ao contrário dos neoclássicos,

defende o planejamento econômico por meio da tecnocracia. Mas essa proposta nada se assemelha à defesa de multinacionais nos quadros da divisão internacional do trabalho em que ao Brasil restaria a função primário-exportadora¹. Trata-se de um plano econômico de cooptação da análise neoclássica pela perspectiva tecnoburocrática do planejamento econômico, visando à manutenção dos investimentos daquelas empresas, que marcou o regime militar. Algo semelhante ao que Bielschowky (2004) enquadrou como um “desenvolvimentismo do setor público não nacionalista”.

É por isso, e nesse panorama, que o pensamento da ISEB e de Furtado serão um primeiro eixo teórico de análise de toda a reflexão que adiante será travada neste trabalho. As três frentes: Estado, nacionalismo, e capital e trabalho, deverão ser recuperadas não como um mero transplante estanque, com uma cobertura superficial de algo sempre igual a si mesmo; como se, em síntese, a história selasse uma espécie de retorno eterno do idêntico. Mas porque “houve um pequeno *intermezzo* em que a contribuição de Furtado foi escanteada como superada pelos ideólogos do neoliberalismo, mas a economia e a política brasileira pagaram um alto preço por esse descaso. Hoje, as questões propostas por Furtado voltam em toda sua atualidade dramática” (OLIVEIRA, 2003).

3. O TRABALHO COMO CATEGORIA «NO» DESENVOLVIMENTO: O ESPAÇO DA CIÊNCIA

Em todos os momentos da história econômica, há uma prática mais avançada de produção. Pode não ser, quando aparece pela primeira vez e começa a se espalhar, a prática mais eficiente: aquela que obtém o maior resultado em relação aos insumos necessários. É, no entanto, a prática mais promissora: aquela com maior potencial para alcançar e permanecer na fronteira da produtividade e inspirar mudanças em toda a economia. Possui, em maior medida do que as práticas rivais de produção, os atributos de fecundidade e versatilidade, atributos que assumem formas variadas em diferentes contextos. (UNGER, 2019)

Se na primeira metade do século XX essa prática identificava-se com o avanço da indústria, hoje, a «economia experimental» ou «economia do conhecimento» pode ser apontada como este estágio. Ocorre que

¹ Esta é a visão de Eugênio Gudín, preocupado em criticar a tese de Prebisch contra a lei das vantagens comparativas do comércio internacional e as teorias da CEPAL.

os efeitos produzidos por essa prática produtiva pode ainda se mostrar modesta, e, mais, situar-se às franjas de cada setor da economia, ou de forma insular.

Entretanto, aceitar esse confinamento “é negar à grande maioria dos trabalhadores e empresas o nível de produtividade que nossas realizações técnicas já tornaram possível, mas que nossos arranjos econômicos e sociais deixaram de disponibilizar aos trabalhadores comuns” (UNGER, 2019). Tendo em vista essa nova fronteira de produtividade, é necessário, situar o papel da ciência como protagonista para a retomada do desenvolvimento nacional autêntico.

A virada gestonária neoliberal cria uma certa armadura à essa questão e gera uma crise no registro de identidade pelo trabalho. Os indicadores objetivos numéricos cortam a relação com o trabalho bem executado, bloqueia a dinâmica contribuição-reconhecimento e destrói as condições para a prática deontica da cooperação e da possibilidade de se honrar a própria vida pelo trabalho.

O reencontro dessa concepção de trabalho com a conjugação do desenvolvimento econômico, social e tecnológico se dá por meio da pesquisa científica, e perpassa por uma «filosofia da técnica», ou, pela «filosofia da ciência». São raras as abordagens na área sob um genuíno enfoque latino-americano, ainda mais, com a pretensão de vincular seus aportes filosóficos ao projeto de emancipação dos países periféricos de sua condição de atraso e dependência tecnológica. Mas no Brasil, dois autores, ligados àquele desenvolvimentismo, tiveram esse cuidado: Álvaro Vieira Pinto e Celso Furtado.

Vieira Pinto tem em comum com os estudos cepalinos o fato da dicotomia centro-periferia oferecer condições para uma compreensão singular da propagação do incremento tecnológico e da utilização da técnica para a substituição do trabalho manual. O que o distingue, entretanto, é que em sua aceção, “o centro capturava um dos significados da tecnologia e ideologicamente o proclamava como universal, reservando ao mundo da periferia a condição de “paciente receptor” das inovações técnicas quando, na verdade, já se pronunciava uma “fase histórica” na qual era possível atuar como “agente propulsor” do próprio desenvolvimento” (FREITAS, 2005).

A técnica, para ele, é compreendida como uma mediação generalizante entre os fins humanos, a natureza e a produção, para a obtenção de uma “finalidade humana consciente” (VIEIRA PINTO,

2005, p. 175). A técnica terá três momentos: o *logos*, ação social com sua gênese na intenção de produzir algo através da realização do conhecimento; o *trabalho*; e a *natureza* que delimitará qualquer processo produtivo.

O ser humano, que tem sua humanidade distinguida biologicamente pela capacidade de pensamento, é forçado também a desenvolver sua humanidade, no processo histórico, através da produção de sua existência pelas relações sociais e as invenções técnicas. A técnica, portanto, hominiza e humaniza.

Além disso, “se o animal anterior ao homem dependia da relação direta com a natureza na busca pela sobrevivência, inclusive obedecendo suas leis e determinações, o ser já “hominizado” não lida mais diretamente com elas, muito menos com o mundo cru” (CIPRIANI; BORTOLETO, 2015), agora a relação é intermediado pela indispensabilidade do trabalho, inclusive como fator de formação do homem.

O discurso que daí se estabelece é de uma colonização do futuro, onde o truque seria a projeção para o futuro dos países dependentes o conceito de tecnologia por eles já incorporados, um centro enquanto “futuro” da periferia. “A tecnologia é um patrimônio da humanidade e não constitui um produto cultural que por um insondável direito só possa ter nascimento nos centros mais adiantados” (CARVALHO, 2017). Essa seria a maneira mais eficiente de retardar o efeito libertador da tecnologia num país subdesenvolvido: fazer dela uma mitologia (VIEIRA PINTO, 2005, p. 287).

Inclusive é através dessa mitologia, que se suprimiria da esfera pública todos os demais problemas sociais, concretos, como a redução do problema da desigualdade social, da luta de classes e da própria dependência nacional. “Através desta artimanha, as injustiças sociais deixariam de ser inquietantes, pois as carências do presente derivariam de imperfeições tecnológicas” (KLEBA, 2006), cultivando e conservando “a esperança das massas trabalhadoras suspensa à previsão da idade da fartura, a chamada ‘civilização afluyente’” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 689).

Para quebrar essa lógica, Vieira Pinto propõe a fórmula da *consciência para o outro*. Entre as categorias da Marx relacionadas à consciência em si e a consciência pra si, essa seria uma categoria intermediária, válida apenas para os países periféricos, como um projeto de formação de consciência crítica e de autonomia dos trabalhadores.

Essa categoria denotaria a fase de tomada de consciência diante da alienação pela mera incorporação tecnologia, que faria com que, ao desenvolver a técnica, ao produzir tecnologia, a sociedade se defrontaria com o desafio de definir um projeto político próprio para a nação, através de identidades próprias. Assim, aquela arma de dominação torna-se a arma de libertação, desencadeando o processo intelectual indispensável ao desenvolvimento autônomo.

E nesse sentido, o trabalhador é simultaneamente considerado em duas perspectivas. A produção de ciência exerce sobre o trabalhador científico a reflexão sobre as condições existenciais de seu próprio trabalho, seus suportes sociais e suas finalidades culturais – inclusive no que se refere aos problemas epistemológicos próprios do processo de pesquisa científica. Que, aliás, não fica à mercê do interesse intelectual do pesquisador, já que é o seu trabalho que constitui a própria realidade individual.

Por outro lado, esse trabalhador da ciência, o é, sobretudo, na condição de ser social. É inevitável o seu papel político na humanização da existência, já que “a criação de uma sociedade justa e humana é o objetivo imediato, final, incondicionado, para o qual o pesquisador tem de contribuir com seu trabalho de estudo e descoberta” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 535). É pelo seu trabalho que se alcançam as condições necessárias de supressão das contradições sanáveis no âmbito do desenvolvimento.

A obra de Celso Furtado também tem papel estratégico no entendimento e desenvolvimento da ciência, adequada ao caso brasileiro. Mais do que um economista, Furtado desempenha um papel importante de cunho filosófico também, a partir da ampliação do marco interdisciplinar da economia em seu sentido epistemológico.

Após identificar todos os aspectos “macro” da questão do subdesenvolvimento brasileiro e demarcar alguns dos desafios próprios do Brasil (como o agrarismo e a lógica de acumulação do capital), o autor passou a se preocupar com uma “teoria do efeito de dominação, que está na origem da dependência” (FURTADO, 2008, p. 25) a partir do questionamento de “como preservar a identidade cultural e unidade política em um mundo dominado por grupos transnacionais que fundam seu poder no controle da tecnologia, da informação e do capital financeiro?” (FURTADO, 2008, p. 47).

É daí que surge uma preocupação muito próxima daquela debatida por Vieira Pinto. Se a endogenização do desenvolvimento encerra a tentativa de encontro de respostas para as múltiplas questões, por outro lado há a necessidade de descobrimento do “caminho da criatividade ao nível dos fins, lançando mão dos recursos da tecnologia moderna na medida em que isso seja compatível com a preservação da autonomia na definição desses fins” (FURTADO, 1984, p. 118).

Furtado busca compreender esse complexo ecossistema e ao fazê-lo assume que a coexistência de uma “dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais” e de um “processo liberador de energias humanas que constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento” (FURTADO, 2008, p. 82), que não é nada mais, nada menos, do que o trabalho humano como fonte última de desenvolvimento. E é por um processo criativo/innovador, e porque não tecnológico, que “as potencialidades do homem são insondáveis” (FURTADO, 2008, p. 82).

Obviamente que a recepção dessas ideias não foi fácil (e ainda não é) – o que é, diga-se de passagem, comum e natural para quem se encontra sempre na vanguarda do pensamento. “Aliás, traduzir essa constatação em um discurso que fosse consensado entre os pares, em sua época, configurou-se um enorme desafio, metaforicamente apresentado pelos estudiosos de sua obra como o ‘desafio furtadiano’” (PACHECO; BENINI, 2008).

Mas ele próprio respondia às críticas a esse “desafio”. Afirma que é óbvio que para os detentores de poder que “parecem obsessos pela mais estreita lógica economicista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais” (FURTADO, 1984, p. 124), tratar do desenvolvimento como reencontro das potencialidades do homem pelo exercício de seu trabalho pareceria uma simples fuga dos problemas reais na utopia. Há, então, em sua análise, a mensagem convicta de que não existe o “estritamente econômico” quando se fala em desenvolvimento.

Para que uma economia subdesenvolvida avance no sentido do desenvolvimento, por meio desse projeto desenvolvimentista revisto, por assim dizer, Furtado elenca algumas condições necessárias, dentre elas: estruturas de poder que evitem a canalização do essencial do excedente para o processo de modernização; a descentralização das estruturas econômicas com uso de incentivos para assegurar o uso

do potencial produtivo; e, estruturas sociais que abram espaço à criatividade e gerem forças produtivas preventivas e corretivas dos processos de excessiva concentração de poder (FURTADO, 1984, p. 124).

O papel do Estado, nesse sentido, é determinante. Até porque, o processo que impulsiona a corrida para modernização apoiada pela superexploração de recursos e trabalho, é facilitada pelo Estado, em favor das empresas transnacionais do centro e suas elites. É o que Furtado chama de colonialismo cultural, e o efeito da modernização dependente resultante desse processo será o que ele chama mimetização cultural (HERRERA-JARAMILLO, 2015). Dessa forma, se essas deformidades são feitas por meio de facilidades estatais, a correção de tais disfunções também pode ser realizada por meio dele.

4. O TRABALHO COMO CATEGORIA «DE» DESENVOLVIMENTO: O ESPAÇO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Desde a promulgação da Constituição de 1988, grosso modo, estabeleceu-se no Brasil, uma disputa pelo sentido do desenvolvimento a partir de dois projetos políticos antagônicos. De um lado, requeenta-se a pauta do caminho liberal, da orientação privatista e individualista, que viveu seus melhores dias na década de 1990, mas que “desde 2016 vem conseguindo impor uma agenda abrangente, profunda e veloz de retrocessos institucionais em áreas críticas de regulação econômica, social e política do país” (CARDOSO JR., 2018).

A base material é encontrada na consideração do trabalho, e as condições políticas para o desenvolvimento precisam ser revistas a partir dos novos paradigmas de uma sociedade do conhecimento. Assim, há a demanda de novas práticas e formulações institucionais, que quando conjugadas de acordo com as aspirações acima demonstradas, encontram um local propício à uma primeira vivência na Universidade Pública brasileira.

A nova fronteira de produtividade, situa-se, no Brasil, na Universidade Pública, local que realiza pesquisa científica de excelência – inclusive as de base, mas não só –, e revela-se como instituição de destaque para a retomada do desenvolvimento nacional autêntico. Sendo assim, neste capítulo serão apresentados as formas pelas quais a Universidade é este local de destaque.

Na primeira metade do século XX, a revolução brasileira estava no Estado intervir na economia de modo a construir uma parcela de setores

com trabalhadores minimamente organizados, sediados na indústria, com o objetivo de mudar o Brasil. Um século depois, o desafio revolucionário encontra-se em liderar inovações institucionais que permitam a maioria dos trabalhadores a seguir o exemplo da vanguarda de emergentes. “Para isso, não basta democratizar a economia brasileira do lado da demanda por meio da popularização do consumo e do aumento da renda popular. É preciso democratizá-la do lado da oferta” (UNGER, 2018).

A democratização da economia de acordo com cada um desses pontos se mostra com essencial diferença. Enquanto a primeira visa o redirecionamento de recursos e pode ser bastante eficaz a esse modo, para alcançar a segunda alternativa é necessário “mudar instituições e consciências” (UNGER, 2018). Essa democratização de mercado almejada só prossegue por meio do aprofundamento democrático, visando a construção de uma democracia, na expressão fiel de Mangabeira Unger, de «alta energia», e que dispense acrise para tornar as mudanças possíveis. “A democratização do mercado e o aprofundamento da democracia têm como contrapartida a capacitação dos brasileiros, sobretudo pela transformação da maneira de aprender e de ensinar. Só assim daremos asas, braços e olhos à vitalidade brasileira” (UNGER, 2018).

Essa atitude revolucionária encontra obstáculos não só na clássica “falta de vontade política” e no contingenciamento de recursos, mas também, da ausência de imaginação institucional. E é essa imaginação que existe a possibilidade de superação do “colonialismo mental” (UNGER, 2018).

Para isso, para a atuação estatal, há a necessidade de instituições passíveis de experimentalismo. Não se trata da defesa do fim das instituições perenes, mas sim do reclame por instituições perenes o suficiente para serem maleáveis. Instituições que não reifiquem as estruturas sociais, e por isso sólidas e em mudança permanente – e não marginal, dependente de crises.

Com isso seria possibilitado ao indivíduo seu resgate da rígida hierarquia social da vida vivida. Escapando-se, pois, da premissa de que “os homens criam essas estruturas e elas passam a ter uma lógica independente desse agente que passa a se entender como se o verdadeiro sujeito da história fossem essas estruturas e não o construtor delas” (TEIXEIRA, 2009), através de alta participatividade – esta pulverizada em diversos níveis sociais, e descentralizada, imperativo próprio democrático.

É dizer que, se retomadas as noções de exercício de soberania por indivíduos produtores, a experimentação se dá por instituições que possam ser reflexo de vontades individuais perpassadas pelo trabalho exercido, mas também pelo trabalho que dá sentido a existência vivente do ator social. Numa simplificação, é dizer, moldar instituições pelo trabalho.

A Universidade Pública no Brasil é, nesse sentido, uma instituição, e não uma mera organização. Instituição porque enquanto protagonista da produção científica e tecnológica, das regras do “jogo científico” sejam através de mecanismos formais, sejam informais, e pelo costume e tradição insculpido numa cultura universitária que lhe é muito peculiar.

A experimentação em nível institucional opera na medida em que o sujeito é um artífice de mudanças estruturais, vez que os contextos formadores a ela não estão imunes, através de entrincheiramentos e desentrincheiramentos. “Desentrincheirar é criar condições para novos experimentos, cujo primado ético está em dar ao indivíduo condições de se engrandecer, de dar voz às suas potencialidades” (LARA, 2019).

A possibilidade do experimentalismo institucional por meio da Universidade Pública para construção de um sistema simbiótico de produção de ciência e tecnologia para o desenvolvimento pressupõe a consideração dos trabalhadores imateriais como protagonistas do processo. Se se declara a institucionalidade como reflexo de vontades individuais transpassadas pelo trabalho que se exerce e pelo trabalho que lhe atribui sentido, igualmente a consideração do sujeito enquanto partícipe, sujeito, e substrato do sistema é indispensável.

A experimentação para criação de um sistema simbiótico de ciência e tecnologia, que realize operações permeadas pelo antivalor, para ter espaço, exige a cultura experimentalista, mas também o ambiente concreto para que se realize. Se são os trabalhadores imateriais da pesquisa aqueles que potencialmente podem, através da instituição a que pertencem, colaborar ativamente e de forma concreta para uma nova arrancada desenvolvimentista no Brasil, especialmente considerando suas condições enquanto trabalhadores (não só jurídicas, econômicas, mas também do ponto de vista das subjetividades), pressuposto básico é que possam atuar despreocupados a segurança de sua condição. Ao contrário, a precarização e a precariedade no tratamento deste ator essencial é a ordem do dia.

Em que pese a estruturação do trabalho científico envolva muitos agentes que empreendem verdadeiro trabalho na atividade, que vão desde os servidores, técnicos administrativos, técnicos de laboratório, são, sem sombra de dúvidas, os professores universitários que consolidam o ensino e a pesquisa científica brasileira. Junto de suas atividades de pesquisa, mas também de ensino e de extensão, tem uma trajetória de resistência aos ataques, à desvalorização e à desqualificação de suas atividades.

As políticas adotadas por Paulo Renato de Souza Paiva, Ministro da Educação de Fernando Henrique Cardoso, anunciavam a partir de 1995 um projeto claro de mudança no formato da educação superior, baseando-se em duas premissas: “a desconfiança com relação às universidades públicas federais, vistas como *locus* da ineficiência, do corporativismo e do desperdício”, em conjunto com a “a aposta na expansão do sistema das universidades privadas, vistas como o lugar virtuoso da eficiência advinda da competição” (FONSECA, 2018), que demonstravam, em resumo, uma desconfiança na esfera pública e uma aposta no setor privado.

Nesse projeto, evidentemente, os professores universitários sentiram o golpe: a retração dos recursos das universidades públicas impactaram no financiamento de pesquisas; os salários foram objeto de defasamento e congelamento; “houve grande quantidade de aposentadorias (que aumentaram exponencialmente em vista do projeto de reforma no sistema de previdência) de pessoal docente e técnico que não foram repostas, de modo que as universidades diminuíram de tamanho” (FONSECA, 2018). Situação que não só impôs dificuldades práticas ao cotidiano, como acarretou a “fuga de cérebros”, de modo a se pulverizar o potencial antes concentrado no setor público, para outros países e setores privados.

Obviamente que esta política educacional é acompanhada da ideologia neoliberal que deu unidade à toda política governamental. A condição de trabalho na Universidade acompanhou a tendência reformista do Estado que seguiu a direção da desregulamentação da economia, da flexibilização do trabalho, da redução dos gastos sociais, da privatização das empresas estatais, dentre outras. Para atrair investimentos, o Estado se utilizou do seu papel de regulador, fazendo do rebaixamento salarial sua principal moeda.

Ideologicamente, a ofensiva neoliberal foi potencializada pela fragilidade do movimento operário, provocada pelo aumento do desemprego. Os representantes da burguesia no governo ressaltam a necessidade de efetivar a cidadania através do empenho da participação de “todos” nas medidas para sair da crise. Assim, toda a nação é convocada e intimada a aceitar as medidas neoliberais como única alternativa. O Estado se mostra aberto à participação do “cidadão”, desde que seja para aceitar a sua cota de sacrifício.

Mudança de rota foi estabelecida com a chegada da esquerda ao poder a partir de 2002. Com um novo olhar acerca da política universitária houve a progressiva recomposição de salários e das vagas para professores e servidores. A reestruturação e expansão da Universidades federais veio por meio do Decreto 6.096/2007 que instituiu o REUNI, prevendo o aumento do quadro de professores, verbas para infraestrutura, multiplicação dos *campi* e até criação de novas universidades. Com a aprovação de um novo Plano Nacional de Educação em 2014, projetou-se um crescimento a ponto de levar a crer que, até 2024, se chegaria a algo muito próximo à universalização total do ensino superior público. No tocante aos investimentos, de modo correspondente, aponta-se o “expressivo aumento das verbas para ciência e tecnologia, que foi sentido fortemente nas agências oficiais de fomento” (FONSECA, 2018). Estes avanços decorrem claramente da atuação de “grandes Ministros da Educação que tinham um projeto de desenvolvimento nacional e educacional, com a plenitude da atividade pública educacional do ensino superior” (OPUSZKA, 2019), mas ainda assim, ao longo dos governos Lula e Dilma, “os acréscimos em infraestrutura e em recursos humanos foram desproporcionais ao crescimento no número de vagas, levando a um processo de expansão precarizado” (SARMENTO; MENDES, 2018).

Em que pese tenha-se acreditado que a inflexão política e ideológica bastante radical adotada por Michel Temer, após sua ascensão à presidência no pós-impeachment, fosse o prenúncio do fim do “bom período” para as universidades públicas, já com o anúncio de cortes de verbas para pesquisa – em que pese sem sua efetivação concreta, tendo o governo cedido à diversas pressões –, foi somente com a eleição do projeto bolsonarista (que se caracteriza pela ausência de projeto e radicalismo destrutivo) que as universidades entram definitivamente

em rota de ataque: na esfera de reconhecimento de trabalho, na esfera financeira, na esfera da autonomia, e na esfera democrática.

Tais medidas – se implementadas – não só colocam por terra as premissas básicas ao defendido nesta dissertação, como também apresentam-se como obstáculos incontornáveis a uma autêntica política desenvolvimentista no paradigma do conhecimento.

Quanto às três perspectivas apresentadas (reconhecimento, finanças e autonomia), no primeiro semestre de 2019, o governo federal realizou um contingenciamento de cerca de 30% nas verbas de custeio e de 50% nas verbas de capital do orçamento das universidades e institutos federais, comprometendo assim tanto as ações voltadas às áreas-fim – ensino, pesquisa, extensão e inovação – quanto a manutenção e o funcionamento institucional, envolvendo gastos discricionários, como limpeza, segurança, energia elétrica, água etc. Fato que por si só, colocou em risco toda a estrutura universitária, atribuindo a perspectiva de paralisação total das atividades em diversas instituições.

Ato contínuo, o Ministério da Educação lançou o Programa Future-se, via projeto de lei, como medida de salvamento da drástica situação das Universidades. Algo como jogar um bote salva vidas furado à alguém que se acaba de empurrar ao mar. É de se ressaltar, que nenhuma das principais entidades que legitimamente discutem a política do ensino superior (Andifes, Conif, SBPC, UNE, IFES, IES, Confies, Andes, Fasubra) foram consultadas ou tiveram oportunidade de contribuir à proposta. Medida sob-medida para um objetivo político tacanho de um governo sem compromisso com a ciência.

No tocante específico da precarização do trabalho – sem adentrar no mérito e nos equívocos das propostas financeiras e administrativas – a adesão ao Future-se dependerá de compromisso das instituições com a redução de despesa com pessoal. Cheque em branco para reduzir o gasto com professores, abrindo a possibilidade para a mudança de regime jurídico de contratação (desestimulando o emprego de professores em regime de dedicação exclusiva) e novas formas de contrato por meio das organizações sociais (via CLT, por exemplo), mesmo que sejam os professores em dedicação exclusiva os responsáveis pela manutenção da produção científica de ponta nas universidades. Além de que, a redução do número de docentes sob regime de direito público para reformulação da tutela a partir do direito privado “contribui para que aqueles que permanecem na universidade

se tornem invisíveis e para que suas possibilidades de enfrentamento coletivo das dificuldades sejam cada vez mais limitadas” (SARMENTO; MENDES, 2018).

A proposta do Future-se, ainda, muito distante de ser bem intencionada, foi acompanhada de um discurso para a sociedade civil no sentido de fomentar a perseguição política e ideológica aos trabalhadores universitários. Em total descolamento da realidade, e sem compromisso ético nenhum com a dignidade do cargo, o Ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, já protagonizou alguns episódios que embora sejam constrangedores, são igualmente perigosos perante a formação da opinião pública.

O corte de verbas respaldado por supostas “balbúrdias” em seus campi, foi acompanhada da afirmação do baixo desempenho acadêmico da comunidade universitária – nos quais se incluem os pesquisadores enquanto na seção anterior demonstrou-se, numericamente, o contrário – seria decorrente de eventos “ridículos” e “bagunças” que refletiriam uma espécie de “sobra” de dinheiro público. (VEJA, 2019)

Maior explicação não se supõe, senão o medo da democratização do conhecimento e a expansão das capacidades produtivas para modificação estrutural das desigualdade brasileiras. “A parede que existe entre a liberdade acadêmica e a expressão política é porosa; possui portas e janelas. A luz exterior ilumina o lado de dentro, e o trabalho interno muitas vezes se derrama pelos corredores e pelas ruas do lado de fora”. (BUTLER, 2018)

É justamente neste derrame que a troca de experiências vivida e as condições da experiência por e pelo trabalho ganham significação de destaque. Que ganham a potencialidade da mudança. Que expressam a vivência democrática. Que ganha corpo do ponto de vista do desenvolvimento. O Future-se é a caricatura da tentativa de resistência da dominação posta. O trabalho imaterial na Universidade é a prática de resistências de existências e cidadania.

Na primeira batalha, o lado de cá, da pesquisa, venceu. Em 2019 a maioria das grandes Universidades Públicas Federais rejeitou a adesão ao Projeto Future-se. Entretanto, e em função disso, o Governo Bolsonaro, através do MEC, deu um passo tremendamente temerário editando a Medida Provisória nº 914, que trata da eleição para reitor nas Universidade Federais de uma forma bastante complicada.

Nas entrelinhas fica clara a intenção de não respeitar a indicação do reitor mais votado na consulta à comunidade acadêmica.

Além de alterar completamente o universo eleitoral nas consultas para reitor, cria a possibilidade de um candidato com mais votos na consulta à comunidade acadêmica ser preterido em função de algum acordo prévio – com concordância ideológica – de outro candidato com o Governo Federal. Um compromisso prévio relativo à adesão ao Future-se passa a ser determinante eleitoral incontrolável e imprevisível, pois alheio às regras da disputa.

Além de ferir a autonomia e democracia universitária, o Ministério da Educação demonstra a indisposição em reconhecer a vontade majoritária das urnas para indicação de um determinado reitor para o cargo. Demonstra a tentativa de, ao contrário do proposto anteriormente, instituir uma democracia de “baixíssima energia” na universidade, tornando a possibilidade a reconstrução do desenvolvimento pela universidade a partir da reconstrução institucional pela democracia mobilizadora, em prática imobilizante.

As universidades têm muitas obrigações com diferentes públicos; não somente com sua comunidade local, regional e nacional, mas também com uma comunidade global mais ampla, em parte porque a pesquisa hoje depende de trocas, traduções e trânsitos. Assim, a reflexão desenhada ao longo de toda a dissertação, torna clara a “obrigação global das universidades de se opor à censura, à criminalização do conhecimento, e à destruição da vida profissional daqueles que sofrem ataques por seus pontos de vistas, sejam reais ou imaginados” (BUTLER, 2018).

Do ponto de vista da “ideologia constitucionalmente adotada”², o exercício do trabalho imaterial na universidade pública brasileira é um direito não exatamente individual – já que surge da “união entre o pesquisador acadêmico, a universidade e o Estado”, mas sobretudo

² “Não se trata de sentido filosófico ou político amplo, de ideologia, nem mesmo de cada ideologia política geralmente referida, tal como a capitalista, a socialista, a comunista, etc. Independentemente dessa configuração referimo-nos aos princípios que sejam fundamentais na ordem jurídica considerada, mesmo que isoladamente se identifiquem com alguma daquelas ideologias políticas acima referidas. A ideologia a que nos referimos é aquela definida, em direito positivo, no estado de direito, pela constituição vigente, em cada época. Por isso nos referimos ideologia constitucionalmente adotada”. (SOUZA, 2017, p. 28).

um poder dentro da universidade ao ponto em que seu exercício deve ter apoio e garantia institucional.

“A resistência da universidade à interferência política externa demonstra a relação entre a liberdade acadêmica e à ideia da universidade como um santuário” (BUTLER, 2018). Obviamente que não um santuário de homens dignos de veneração – do contrário controles institucionais e sociais seriam dispensáveis. Mas um santuário como um ideal que vale a pena ser reanimado, mas um espaço que possibilita o desdobramento a parte mais íntima do ser social: as diversas construções pelo trabalho em sua ontologia.

“As universidades produzem ideias que têm vida própria; a livre circulação dessas ideias faz parte da cultura política democrática e a proteção dessa circulação é uma obrigação das sociedades democráticas”, e o experimentalismo democrático por ela – inclusive através da definição estruturada do conflito que define a liberdade acadêmica – pode implicar numa “concepção mais ampla de como abordar a resolução de conflitos em outros domínios”. Dessa forma, “cultivar formas produtivas de conflito é o que procuramos fazer tanto dentro dos muros da universidade, quanto buscamos conhecimento, quanto fora desses muros, à medida que nos engajamos em promover práticas democráticas de debate e contestação na esfera pública” (BUTLER, 2018).

Em que pese todos os entraves expostos anteriormente possam, por um lado, demonstrar a dificuldade de se colocar, de forma plena, um projeto de desenvolvimento nacional pelo conhecimento autêntico como proposto nas linhas deste trabalho, também dizem algo sobre o papel das universidades na vida democrática de alta energia. Diz algo sobre o alvo correto quanto da nova leitura do desenvolvimento. O trabalho imaterial da pesquisa e sua construção para com a sociedade ou para com sujeitos, pertence “à universidade e, ainda assim as universidades pertencem aos seus locais e organizações políticas. As paredes são mais porosas do que as distinções legais às vezes permitem” (BUTLER, 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título deste trabalho impõe riscos e desafios. Para além das questões metodológicas e do amplo esforço acerca do conteúdo abrangente que as discussões propostas impõe, o maior desafio é o de realizar

um trabalho declaradamente propositivo e consistente a partir da revisão da bibliografia.

A retomada do que chamou-se de “subversão do pensamento” serve para botar-se no lugar de onde só há ranger dos dentes na amargura do que não foi. Sua retomada é um pedido para que Celso Furtado lidere o pensamento desenvolvimentista novamente “qual um novo dom Sebastião”, para dizer que “nunca houve a batalha fatal, que foi apenas um pesadelo, que a história é feita de derrotas e que a derrota das derrotas é esta celebração”. Retomar o substrato daquele pensamento realizado *in actione* “vergasta a vitória dos vencedores com o amargor da incompletude, da falsificação e da desolação” (OLIVEIRA, 2003).

Retomar o trabalho humano inclusive como necessário a uma democracia que se proponha participativa. A um desenvolvimento que se diga democrático, e a uma Constituição que se pretenda efetiva.

Se o Direito do Trabalho mostra-se incompleto para respaldar um projeto de desenvolvimento no contexto da sociedade de conhecimentos, encontra-se no debate das instituições e seus moldes a o espaço para sua implementação.

Com base na teoria ungeriana, o experimentalismo institucional se coloca como proposta. Não como proposta utópica, mas como proposta exequível, operacionalizada por meio da Universidade Pública para implementação prática de todo substrato.

Existem motivos para reagir. E as condições existem. O tema da nação, sua realização num mundo que valorize o trabalho humano, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento autenticamente nacional é o *leitmotiv* deste trabalho. Tal como ontem, cabe construir a especificidade brasileira que deve corresponder e sustentar a luta da cidadania pelo seu lugar na nação, e desta no mundo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo LuisColtro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 145.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANDÃO, Carlos. Prefácio. In: AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2013. *E-book*.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Resenha de Criatividade e Dependência na Civilização Industrial, de Celso Furtado. **Revista de Economia Política**, vol. 1, n. 2, abr/1981.
- BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- CARDOSO JR, José Celso. Trinta anos de disputas por um projeto nacional de desenvolvimento nos trópicos. In: CARDOSO JR, José Celso. **A Constituição Golpeada: 1988-2018**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.
- CARVALHO, Jairo. Tecnologia, política e filosofia em Álvaro V. Pinto. **Pensando – Revista de Filosofia**, vol. 8, n. 15, pp. 21-30, 2017.
- CIPRIANI, Cristian; BORTOLETO, Edivaldo José. A tecnologia como epistemologia da técnica: um estudo a partir de Álvaro Vieira Pinto. **Humanidades e inovação**, Palmas, v. 2, n. 2, jan./jul. 2015.
- ESTADÃO CONTEÚDO. Weintraub critica salário de professor universitário: “zebra gorda”. **Exame**, set./2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/weintraub-critica-salario-de-professor-universitario-zebra-gorda/>>. Acesso em: 06 mar. 2023.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, vol. 34, n. 71, set./out. 2018.
- FREITAS, Marcos Cezar. Introdução. In: VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- FURTADO, Celso. A busca de novo horizonte utópico. In: _____. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. *E-book*.

HERRERA-JARAMILLO, Mauricio. Mercado interno y modernización de pautas de consumo en Celso Furtado: un debate más allá de la imitación. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, pp. 27-46, jul./dez. 2015.

KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. **Convergencia**, México D.C., n. 42, pp. 73-93, set./dez. 2006.

LARA, Gustavo Dalpupo de. **Mangabeira Unger e o experimentalismo institucional**: da redenção das teorias críticas ao paradoxo da estabilidade-revisibilidade do direito. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. In: LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2007.

MALLORQUIN, Carlos. **O estruturalismo de Celso Furtado**. Tradução do artigo publicado no periódico Cahiers Du Brésil, 1998, pp. 33-34. S. l.: S. n, 1998. Disponível em: <https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Carlos_Mallorquin.pdf>. Acesso em 25 jun. 2019.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIRANDA, Jorge. **Apreciação pelo Partido Popular Democrático (PPD) dos Projetos de Constituição e das Propostas de Sistematização durante o Processo Constituinte Português de 1976**. Disponível em <http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01000166j.html>. Acesso em 25 jun. 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. Entrevista concedida à APUFPR. In: **APUFPR faz Denúncia Contra o Ministro da Educação**. Curitiba: Apufpr, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BNt6GcJeQ78&list=PLhOKP2_sIgcIR7MxfuDuuGaqUBwALw9t&index=2>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BENINI, Elcio Gustavo. The Creative Economy in times of crises: Brazilian endogenous development in the composition of Celso Furtado. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 38, n. 2, pp. 324-337, 2018.

SARMENTO, Thais Ferrugem; MENDES, Jussara Maria Rosa. Trabalho e sofrimento: a extinção de cargos na universidade pública. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, pp. 104-112, jan./abr. 2018.

SAWAYA, Rubens R. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. **Estudos Avançados**, vol. 22, n. 64, 2008.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Primeiras linhas de Direito Econômico**. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização brasileira. Unicamp: Instituto de Economia, 1998.

TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. **A esquerda experimentalista**: análise da teoria política de Unger. 2009. 162 f. Tese (Doutorado) – Curso de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental**: repensar e reorganizar o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

UNGER, Roberto Mangabeira. **O direito e o futuro da democracia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*.

VEJA. Na Câmara, Weintraub reafirma que há plantação de maconha em universidades. **Veja**, dez./2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/na-camara-weintraub-reafirma-que-ha-plantacao-de-maconha-em-universidades/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

VEJA. Universidades com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub. **Veja**, abr./2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

XIMENES, Salomão. Entrevistado. In: Para aderir ao Future-se, universidades terão compromisso de redução de gasto com professores. **Terra**. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/para-aderir-ao-future-se-universidades-terao-compromisso-de-reducao-de-gasto-com-professores,1b22cb3c95c70a585e48fd99f0cda1eb71t86psf.html>>. Acesso em: 25 jan. 2020.